

As lições da dívida externa — reformas e acordos com credores

Lawrence Summers *

Será que já ficou para trás a crise da dívida nos países em desenvolvimento? A parte da crise que começou no México uma década atrás, essencialmente envolvendo empréstimos de bancos comerciais a países de média renda, foi em larga medida superada.

Até o momento, quase 40% da dívida junto a bancos privados dos países altamente endividados foi coberta por acordos abrangentes de redução da dívida. Os arranjos sob negociação entre o Brasil e a Argentina elevarão esse total a quase 70%. O colapso do sistema financeiro internacional foi evitado e os bancos comerciais reforçaram suas bases de capital acumulando reservas suficientemente grandes para cobrir os prováveis prejuízos nos países em desenvolvimento.

Os dois principais ingredientes do sucesso foram a reforma da política econômica nos países devedores e a ação coordenada pelos credores. As agências oficiais desempenharam um papel indispensável para a aproximação entre credores e devedores e estão ajudando a evitar cisões entre os credores. A mistura de redução eficaz da dívida e alterações de política para combater os desequilíbrios fiscais e os bloqueios estruturais ao desenvolvimento foi uma poderosa combinação.

Cerca de US\$ 40 bilhões fluíram para a América Latina ou de volta a ela em 1991, especialmente para aqueles países, como o México ou o Chile, que avançaram mais na reforma política e na redução da dívida junto aos bancos comerciais. Mas é cedo demais para que o mundo desvie sua atenção para longe da dívida. Um problema substancial — e não resolvido — de dívida continua a afetar os países de baixa renda, especialmente na África subsaariana. E um novo problema de dívida surgindo, na forma dos US\$ 70 bilhões em débitos das combalidas repúblicas da antiga União Soviética.

Cerca de 26 dos mais pobres países devedores, principalmente da África subsaariana, receberam apoio oficial por meio de empréstimos em termos favoráveis, reestruturação e perdão de dívidas. Esse apoio está ligado à reforma de política doméstica, que amplia suas perspectivas econômicas e sua capacidade de manter o serviço da dívida. No entanto, a carga de dívidas da maioria deles continua a ser insustentável. Em média, esses países alocam um quarto das suas receitas de exportação ao serviço da dívida, mas cobrem apenas metade das suas obrigações contratuais. Na década passada, suas rendas "per capita" caíram 20%, para menos de US\$ 1 por dia.

O crescimento vem-se recuperando em países como Gana e a Tanzânia, mas a

estrada certamente será longa. Os problemáticos devedores de baixa renda não conseguem escapar de seu problema com a dívida, cujo núcleo é constituído da dívida oficial — ou seja, de empréstimos bilaterais de governo a governo. Para muitos países, a solução envolverá o perdão de partes substanciais da dívida, freqüentemente mais de 50% de redução — a média dos recentes acordos do Clube de Paris com outros devedores oficiais.

Fontes governamentais continuarão a ser as principais fornecedoras de financiamento para os países de baixa renda, na forma de reduções de dívida ou novos empréstimos em termos favoráveis.

Em relação à renda, as somas exigidas podem ser altas para os devedores mais pobres, mas são baixas para as nações ricas. Duplicar o fluxo líquido total de recursos para os países de baixa renda severamente endividados custaria US\$ 16 bilhões — ou 1% dos gastos mundiais ao ano com a defesa — aos orçamentos dos países industrializados. Esse é um preço pequeno a pagar pela reversão das tendências desfavoráveis na saúde, educação e padrões de vida que, de outra forma, determinarão um futuro medíocre para meio bilhão de pessoas.

Há, enfim, o problema emergente da dívida da antiga URSS. As dificuldades do ano passado para o serviço dessa dívida não se evaporarão do dia para a noite. É também claro que a chave para restaurar o crédito é um programa sustentado de reforma estrutural. Mas ele demorará para render benefícios e precisa ser adequadamente financiado.

Dado o fato de que as importações caíram 50% desde 1990, comprimi-las ainda mais não é a solução. Uma combinação de dinheiro novo (em larga medida de instituições governamentais) e alívio da dívida pelos atuais credores serviria para isso. Para funcionar, a ação deve reduzir as incertezas associadas ao acordo de rolagem de curto prazo agora em vigor. Uma lição importante dos últimos dez anos é que os programas abrangentes de alívio à dívida exigem liderança oficial. Essa lição é igualmente aplicável à antiga União Soviética.

A crise na América Latina pode ter passado, mas não queremos esperar outros dez anos pela solução das crises na África subsaariana e na antiga União Soviética é importante aplicar as lições do passado. Resolver o problema da dívida exige fortes alterações de política interna, apoiadas por alívio adequado da dívida, com os governos dos países ricos e as agências oficiais de assistência ajudando tanto com recursos quanto com ações.

* Economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial para as economias em desenvolvimento. Transcrito do Financial Times.